

O eleitor põe, o governo dispõe

O que o governo do PT está tentando fazer para tornar o Senado dócil aos seus interesses não é bem uma inovação nos métodos pelos quais os presidentes de turno buscam impor a sua hegemonia ao Congresso, fabricando com as ferramentas do tomá-lá, dá-cá uma relação de forças político-partidárias que guarda escassa ou nenhuma semelhança com aquela resultante do voto popular. Mas a operação articulada pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, valendo-se das inextinguíveis ambições do veterano senador Antonio Carlos Magalhães, para criar uma espécie de PFL do B alinhado com o Planalto, tem três características que a distinguem de todas quantas a precederam na longa e melancólica história dos arranjos fisiológicos que soterram, na prática, a vontade do eleitorado brasileiro manifestada nas urnas.

A primeira é o fato de essa operação fazer parte de um processo de desfiguramento da composição do Legislativo sem paralelo no Brasil democrático. Desde o marechal Dutra, em 1946, aos presidentes que assumiram depois do regime de 1964, o Executivo não apenas jamais recusou a adesão despuída de inimigos acerbos da véspera, como ainda — aproveitando-se dessa obsceni-

dade que é a livre circulação dos políticos pelos partidos — tratou de atrair tantos opositores chapa-branca, na expressão cunhada originalmente por Carlos Lacerda, quantos se dispusessem a lhe facilitar o controle do Congresso. Mas, no primeiro governo petista, que veio “para mudar tudo isso que está aí”, a amplitude dessas transações espúrias bateu todos os recordes. Sob a batuta do Planalto, as bancadas do PTB e do PL na Câmara, por exemplo, dobraram ou até mais (a primeira, de 26 para 52 deputados; a outra, de 20 para 47).

A segunda e não menos acintosa característica do aliciamento de parlamentares para expandir a chamada base governista custe o que custar consiste em ser conduzida pelo mesmo partido que nasceu das entranhas da sociedade e passou a vida a se vangloriar da pureza de seu DNA, repudiando as siglas trazidas ao mundo ou nutridas pelo Estado, como o PTB que o getulismo concebeu, a ditadura militar encampou e cujos chefes hoje servem a Lula como ontem a Collor. O terceiro traço constitutivo dessa operação casada com a banda acessível do PFL é que o seu objetivo final vai além da “governabilidade” — as aspas servem para denotar o uso perverso dessa expressão pelos aderentes, como se a capa-

cidade de o presidente governar estivesse sob alguma outra ameaça, além da incompetência disseminada na sua equipe.

Pois a armação de Dirceu não se destina apenas à construção da maioria que falta ao governo no Senado para aprovar projetos de grande alcance como o das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e os da segunda geração de reformas constitucionais. O que o ministro dá claros sinais de buscar é uma fenomenal coligação para reeleger o seu chefe. Lubrificada pelos recursos de

poder do Planalto, ela abarcaria desde os pós-maoístas do PC do B, já aliados, até as oligarquias do Brasil profundo, como a dos carlistas, na Bahia, e a da família Sarney, no Maranhão. É também para isso que, atropelando o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, Dirceu lançou-se à arriscada tentativa de arrancar a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado, atualmente o petista João Paulo Cunha e o nominalmente peemedebista José Sarney. A iniciativa foi derrotada meses atrás na Câmara.

A insistência do ministro nesse casuísmo, no entanto, po-

derá se voltar contra Lula — tanto quanto o seu jantar com o PFL chapa-branca que Dirceu patrocinou. O ágape, além de desagradar a setores petistas que, embora moderados, acham que até incoerência tem limites, enrijeceu o oposicionismo da maioria pefelista e da bancada tucana. Para começar, elas barraram a pretensão

do Planalto de votar já as PPPs. E agora é que cerrarão fileiras em torno do PMDB do senador Renan Calheiros, avesso por interesse próprio à reeleição no Congresso e

cujo apoio também é valioso para o governo. E, a menos que as urnas de outubro provem o contrário, o grupo carlista não parece ter bala na agulha para levar o PFL leal ao seu presidente, senador Jorge Bornhausen, a uma guinada situacionista — isso, se até lá ACM não tiver sido expulso do partido.

Lula — a quem Bornhausen chamou ferinamente de “comandado” de Dirceu e de sucessor de seu ex-assessor, Waldomiro Diniz, no trabalho de aliciamento — poderá ser o grande perdedor da luta interna no PFL. Derrotada já está, em todo caso, a decisão política.

**A insistência
no casuísmo
poderá
voltar-se
contra
o governo**